

**COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E
GÊNERO: análise do
enquadramento jornalístico
do discurso da primeira vice-
governadora do Estado do
Tocantins**

COMMUNICATION, POLITICS AND
GENDER: analysis of the journalistic
framework of the speech of the first
deputy governor of the State of
Tocantins

COMUNICACIÓN, POLÍTICA Y GÉNERO:
análisis del encuadramiento periodístico
del discurso de la primera
vicegovernadora del Estado de
Tocantins

**Cynthia Mara Miranda¹
Paulo Cezar Rodrigues²
Renilson Cruz Carvalho^{3, 4}**

RESUMO

O presente artigo discute as relações entre comunicação e política a partir da análise do enquadramento jornalístico de entrevistas que a ex-vice-governadora do Tocantins, Cláudia Lélis, concedeu a veículos de comunicação tocantinenses no exercício da função de governadora. A partir de reflexões

¹ Graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Tocantins (2004), mestrado em Ciências Sociais e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: cynthiamara@uft.edu.br.

² Doutor em Linguística (UFG). Professor do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: paulo.cezarrodrigues@uft.edu.br.

³ Graduado em Jornalismo e Letras pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: renilcruz@gmail.com.

⁴ Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade Federal do Tocantins, Curso de Comunicação Social. Av. NS 15 ALC NO 14, 109 Norte, Plano Diretor, CEP: 77001090 - Palmas, TO – Brasil.

sobre capital político, familiar e social aborda-se a participação feminina na política brasileira e a teoria do enquadramento para buscar respostas ao posicionamento profissional dos veículos escolhidos. Ao final, constata-se que os veículos de comunicação não contrapõem a entrevistada e esta por sua vez apresenta um discurso superficial sobre a atuação da mulher na política e sobre as políticas de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Política; Comunicação.

ABSTRACT

This article discusses the relations between communication and politics based on the analysis of the journalistic framework of interviews that the former vice governor of Tocantins, Cláudia Lélis, granted to Tocantins' communication vehicles in the exercise of the governorship function. Based on reflections on political, family and social capital, the focus is on female participation in Brazilian politics and the framing theory to seek answers to the professional positioning of the chosen vehicles. At the end, it is observed that the communication vehicles do not oppose the interviewee and this in turn presents a superficial discourse on the performance of women in politics and on gender politics.

KEYWORDS: Woman; Politics; Communication.

RESUMEN

El presente artículo discute las relaciones entre comunicación y política a partir del análisis del encuadramiento periodístico de entrevistas que la ex vicegobernadora de Tocantins, Claudia Lélis, concedió a medios de comunicación tocantinenses en el ejercicio de la función de gobernadora. A partir de reflexiones sobre capital político, familiar y social se aborda la participación femenina en la política brasileña y la teoría del encuadramiento para buscar respuestas al posicionamiento profesional de los vehículos escogidos. Al final, se constata que los medios de comunicación no

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2018v4n6p411>

contraponen a la entrevistada y ésta a su vez presenta un discurso superficial sobre la actuación de la mujer en la política y sobre las políticas de género.

PALABRAS CLAVE: Mujer; Política; Comunicación.

Recebido em: 29.05.2018. Aceito em: 12.08.2018. Publicado em: 08.10.2018.

Introdução

Eleições são períodos importantes que envolvem toda a sociedade e representam um ato de cidadania. A luta por um espaço no campo político é complexa e, para as mulheres, a entrada e permanência nesse campo, geralmente, é envolta em obstáculos maiores que os que costumam se apresentar aos homens. Apesar de serem a maioria do eleitorado as mulheres são subrepresentadas nos cargos eletivos.

Na região norte, que é constituída pelos Estados que compõe a Amazônia Legal, apenas uma mulher foi eleita governadora nas eleições de 2014, no Estado de Roraima. Segundo dados do Ranking de Presença Feminina no Poder Executivo - PMI 2018 (2018) 17% dos cargos das secretarias de Estado são ocupados por mulheres.

Por ter apenas 4 candidatas na região, cerca de 25% das mulheres candidatas na região Norte conseguiram se eleger. De modo que 2,8% dos habitantes da região são governados por mulheres, um índice muito maior do que a média nacional, mas ainda de baixa presença feminina no Executivo, uma vez que indica o fato de 97% dos habitantes da região terem governadores do sexo masculino⁵.

Nessa direção, coadunando com a proposta do dossiê "Comunicação, Política e Amazônia", da Revista Observatório, que é discutir as relações entre Comunicação e Política, cotidianamente expressas em nossa sociedade – para a compreensão dessas relações que se dão em diferentes níveis no contexto amazônico – é objetivo do presente artigo refletir sobre as relações entre comunicação e política a partir da análise de enquadramento de entrevistas que a ex-vice-governadora do Tocantins, Cláudia Lélis, concedeu a veículos de comunicação tocantinenses no exercício da função de governadora. Lélis foi a

⁵ Ranking de Presença Feminina no Poder Executivo - PMI 2018. Disponível em: [http://urlmaster.com.br/ctratk/marlene-campos-machado/Ranking-de-Presen%C3%A7a-Feminina-no-Poder-Executivo-2018.pdf]. Acesso em: 9 jul 2018.

primeira vice-governadora eleita, e a primeira mulher a exercer o cargo de governadora no estado em decorrência de afastamento do titular para cumprir agenda internacional.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no Tocantins, o percentual de eleitoras é de 50,03%. Entretanto, apenas 31% dos postulantes a votos para exercício de cargo público nas câmaras municipais foi do gênero feminino em 2016. Nas eleições para o legislativo estadual em 2014 foram eleitas somente três deputadas dentre as 24 vagas disponíveis.

O capital familiar ainda atua como principal meio de acesso das mulheres ao campo político, o que se replica no Tocantins como será visto a seguir. Na eleição suplementar ocorrida em junho de 2018, em decorrência da cassação do governador Marcelo Miranda, dos 7 candidatos ao Governo do Estado, apenas uma era mulher. E a situação é ainda pior em outros Estados da Amazônia Legal. Unidades como Maranhão, Amapá, Amazonas, Pará e Acre não tiveram uma mulher sequer como candidata (PMI, 2018).

Por esta razão, foi escolhida a ex-vice-governadora do Tocantins, Claudia Lélis, como objeto de estudo; ou melhor, seu discurso na condição de vice-governadora e, por vezes, Governadora, como *corpus* desta pesquisa. Trata-se de uma mulher exercendo uma função no executivo, no caso, um cargo de alto escalão do Estado, e que inicia sua trajetória política formalmente pela indicação a ocupar a candidatura que era de seu marido, Marcelo Lélis, o qual teve os direitos políticos cassados logo após a indicação de seu partido para a vice-governança, na chapa de Marcelo Miranda, em 2014.

Para análise do enquadramento jornalístico foram consideradas as entrevistas dadas pela ex-vice-governadora aos jornais do Estado do Tocantins – Jornal Opção, Orla TV e Gazeta do Cerrado, a saber, duas entrevistas escritas e

duas para veículo on-line, Nesse sentido o foco das análises recaíram sobre a igualdade de gênero, capital político, familiar e social.

O CAPITAL POLÍTICO, GÊNERO E ENQUADRAMENTOS

O capital político é um poder simbólico e seu depositário deve ter um trabalho constante não somente para conservar seu capital, mas, sobretudo, para criar e acumular o crédito necessário para manutenção e ingresso no jogo político (Bourdieu, 2011). Neste ponto é providencial ressaltar, antes de adentrar nas relações entre a comunicação, política e gênero, a partir da análise do enquadramento jornalístico da atuação da mulher na política, a importância do poder midiático nessas operações de construção e desconstrução do capital político.

A teoria dos campos é fundamental para que entendamos o campo político e suas características principais, como o acesso ao espaço e obtenção e manutenção do capital. De forma introdutória, Bourdieu (1989) sugeriu em diversas passagens a importância dos meios de comunicação na conquista dos objetivos dos jogadores do campo político. Em um trecho do de "O Poder Simbólico", para se referir aos jornalistas, o filósofo francês argumenta que é a atenção especial que homens e mulheres que atuam na política devem dar a tudo o que contribui para produzir a representação da sua sinceridade ou do seu desinteresse (BOURDIEU, 1989).

De fato, o campo jornalístico não é apenas um palco, mas é principalmente um grande produtor ideológico do campo político. O autor considera que o acesso ao campo político é controlado pelos jornalistas. Na intenção de convencer com seus discursos, os políticos encontraram no jornalismo, pretensiosamente emissor de verdades, o campo ideal para difusão e, quiçá, produção e propagação destes discursos.

É possível apontar que a mídia e a política se entrelaçaram de tal maneira que o jornalismo se tornou parte das estratégias e mecanismos dos agentes para acesso e manutenção de seu capital.

A gênese deste poder é descrita por Patrick Champagne, na obra "Formar a Opinião: o Novo Jogo Político", (1998). Para o autor fomentados por sondagens de opinião, o jogo político passou a ser midiaticizado e os jornalistas ganharam papel importante nesse jogo.

A construção do campo midiático, e subsequente solidificação de seu poder sobre o político, modificou a natureza do capital necessário para ter sucesso na política. Instaurou-se a obrigação do agente de aparecer na mídia para obter sucesso (CHAMPAGNE, 1998). A vida política, dessa maneira, segue dividida entre bastidores e palcos, e, não diferente de qualquer outro veículo midiático, ao agente político na internet também é imprescindível os cuidados com sua imagem, que agora está mais exposto e seu contato com o eleitor mais próximo.

Contudo, mesmo com a aparente redemocratização do acesso ao campo político, as mulheres continuam relegadas ao papel de coadjuvantes nesse cenário. Não há muito tempo, Bourdieu (2011) reafirmou que as mulheres têm propensão muito menor de acesso ao campo político, e o que gera esta discussão é justamente o número insuficiente de mulheres na política e a pouca problematização deste fato.

Diferentes razões são oferecidas como explicativas, dentre elas podemos destacar o sistema político brasileiro que não propicia a inclusão da diversidade e a falta de capital social das mulheres. Para entendermos melhor, as mulheres puderam votar e serem votadas, em âmbito nacional, e pela primeira vez, somente em 1932, com a criação do Código Eleitoral do Brasil, e logo a médica paulista Carlota de Queirós seria a primeira mulher eleita como deputada

federal pelo estado de São Paulo. Ela participou da Constituinte de 1934, a qual garantiu a extensão do voto feminino às mulheres solteiras e viúvas que exerciam trabalhos remunerados. Já as casadas deveriam ter autorização dos maridos para poderem votar. O Código Eleitoral de 1935, no ano seguinte, determinou que o voto somente seria obrigatório para as mulheres que tivessem atividades remuneradas. A equiparação das obrigatoriedade e direitos eleitorais entre mulheres e homens somente ocorreria com o Código Eleitoral de 1965.

Embora a lei permitisse a candidatura feminina, ocupar o espaço público sempre foi um desafio para as mulheres, as quais são condicionadas a lidar com a problemática do campo privado, como a família (Biroli, Mota, 2014). A ocupação das mulheres em espaço público resulta em questionamentos que não são destinados usualmente aos homens, como, por exemplo, quem cuidaria dos filhos caso eleita (Finamore e Carvalho, 2006). Há igualmente diferentes tipos de enquadramentos reservados às mulheres, como apresentação física e o cuidado maternal pelo bem social (Biroli, Mota, 2014). É perceptível, portanto, que a trajetória política feminina se diferencia da masculina por haver dificuldades específicas ligadas estritamente ao gênero.

Essas barreiras para a participação feminina continuam em nosso tempo. A falta de apoio financeiro e de espaço nos partidos políticos impediram o avanço da participação feminina, a qual se caracterizava em torno de 6% nos anos de 1990. Frente a essa realidade, foram promulgadas as Leis 9.100/95, sobre nível municipal e 9.504/97, para todas as eleições proporcionais, conhecida como a lei de cotas partidárias. O objetivo foi a criação de mecanismos de reservas de vagas para ambos os sexos em busca da diminuição do déficit democrático de gênero no Brasil.

Vale destacar que o Brasil apresenta um dos piores índices de participação política das mulheres. Segundo o Projeto Mulheres Inspiradoras (2017), a partir dos dados do World Bank e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Brasil ocupa a posição 115º de 138 países analisados. As cinco nações que possuem maior percentual de mulheres no Parlamento são Ruanda (63,8%), Bolívia (53,1%), Cuba (48,9%), Islândia (47,6), Suécia (43,6%). Esses dados revelam que é possível alcançar números mais expressivos, independente da trajetória política econômica e localização geográfica.

Antes de compreendermos como o capital político influencia a trajetória política das mulheres, é preciso refletir sobre o capital social que permite que as mesmas se coloquem em condições favoráveis para disputar eleições. Conforme já demonstrado, no cenário político brasileiro, as mulheres não têm representação política expressiva, apesar de serem a maioria dos membros ativos nos movimentos sociais (SACCHET, 2009). Isso ocorre por barreiras na ordem cultural, social e institucional (SACCHET, 2008).

Bourdieu (1986) pontua que o capital social é distribuído de forma desigual entre os indivíduos, a partir de recursos socioeconômicos e culturais distintos. Já, Porters (1998), defende que os laços fortes que podem resultar em benefícios para os membros de um grupo, podem resultar na possibilidade na exclusão de outros por não terem os critérios para permanecerem no mesmo.

Portanto, o acesso aos recursos do capital, e a própria natureza do conceito, seriam influenciados estruturalmente pela posição que a pessoa ocupa na sociedade. Igualmente, grupos no poder podem agir de forma a excluírem outros grupos. Ou seja, o capital social pode ter resultado negativo para certas pessoas.

Frente a isso, precisamos pensar como essa teoria dialoga com as questões de gênero. De acordo com Sacchet (2009), historicamente, ativistas

dos movimentos feministas priorizaram ações nos espaços da sociedade civil, principalmente através de organização civil autônoma. Por atuar em um espaço limitado como a democracia com características elitistas e limitadas a tópicos específicos, a participação cívica foi a alternativa para o aprofundamento da democracia e construção de consciência de direitos entre os cidadãos. Embora esse aspecto da vida política não tenha sido renegado, aumentou a busca da participação feminina nos espaços tradicionais de poder, em busca de possibilidades de transformação social e de igualdade de gênero.

É preciso refletir se essa experiência pública feminina resulta na criação de capital social que resulte em votos e apoio político. Franklin (2005), faz crítica ao conceito, e argumenta que o conceito tem um viés conservador, já que foca no consenso, e não nos conflitos e negociações entre as pessoas. Para Sacchet, a problemática ocorre em outro campo:

É importante, acredito, que estudos feministas discutam perspectivas do CS buscando discernir seus vieses e destacar seus limites no que tange às análises das relações de gênero na sociedade e à ausência de crítica ou naturalização do posicionamento das mulheres no centro da vida comunitária e familiar. Faz-se necessário ainda considerar como se estabelece a produção e o consumo de capital social entre diferentes grupos sociais e quais as suas consequências (SACCHET, 2009, p. 311).

A partir de estudos realizados por Lowndes (2003), Norris e Inglehart (2003) e Gidengil et al (2003), Sacchet (2009), apresenta argumentações coesas sobre a questão de gênero e capital social. Os autores argumentam que tanto mulheres quanto homens tendem a apresentar índices próximos de capital social, porém, no caso feminino, seria de um tipo diferente.

As mulheres, em geral, participam mais de grupos menores e homogêneos, os quais são ligados à esfera da família e da comunidade, como também têm maior caráter voluntarista. Já no caso de homens, os mesmos

participam de grupos mais heterogêneos, os quais são ligados à esfera pública do trabalho, economia e lazer, como associações profissionais, sindicatos, clubes entre outros.

Ao retornarmos o conceito de capital político de Bourdieu, sobre como se baseia na necessidade de reconhecimento público de uma pessoa como ator político para a mesma atuar no jogo político, podemos perceber o diálogo direto com o conceito de capital social. Afinal, o reconhecimento público é proveniente das atividades sociais e das redes de contato que são criadas nesses espaços sociais. Uma vez que as mulheres não estão em círculos que permitem a construção de capital social, o qual pode ser convertido em capital político, elas têm menor oportunidade de participarem da política.

Todavia, há um tipo de capital que mitiga as barreiras femininas, o capital familiar. Segundo Miguel (2015), o capital familiar se baseia na existência de parentes próximos que ocupam posições de liderança política, de tal forma beneficiando a pessoa. Os autores apontam que há certo grau de recrutamento endógeno em todas as atividades profissionais, incluindo a carreira política. Afinal, há a criação de uma familiaridade e interesse quando há presença de pessoas próximas que exerçam aquela profissão.

No caso político, essa influência é considerada um capital por fornecer ao seu detentor uma série de conhecimentos relevantes para o sucesso. Entre as vantagens adquiridas, estão: conhecimento sobre o funcionamento do campo; o sobrenome como uma marca dotada de valor; visibilidade resultante do parente e, por fim, rede de contatos. Para o autor:

O peso do capital familiar difere, de acordo com a trajetória de cada um. Há tanto aqueles que se apoiaram exclusivamente nas redes geradas pelas relações de parentesco quanto quem as combinou, em diferentes graus, com a militância em movimentos sociais ou a visibilidade midiática. (MIGUEL, 2015, p. 722)

O capital familiar para as mulheres, segundo diferentes estudos indicam (ARAÚJO, 2001; MIGUEL E QUEIROZ, 2006), é o principal caminho para as mulheres chegarem aos cargos políticos em um cenário pouco favorável a sua participação política. Nesse sentido, o capital familiar, geralmente, permite que elas ultrapassem essas barreiras e tenham maiores chances de vitória.

Nessa esteira, para a análise do objeto deste artigo, apresentamos os pressupostos básicos do conceito de enquadramento (*framing*) e seu uso para a análise de textos jornalísticos. Enquadramento é um conceito importante por oferecer ferramentas de análise para compreender a construção das notícias. Há debates amplos sobre a importância da mídia para a decisão das pessoas, porém existem dificuldades para apontar efetivamente a sua influência. Desse modo, a teoria do enquadramento oferece uma resposta para esse questionamento. Como afirmado por Entman:

Seja qual for a sua utilização específica, o conceito de enquadrar de forma consistentemente oferece uma maneira de descrever o poder de comunicação do texto. A análise de enquadramentos ilumina o caminho exato em que a influência sobre a consciência humana é exercida pela transferência (ou comunicação) de informações de um local - como a fala, enunciação, reportagem, ou romance - para a consciência. (ENTMAN, 1993, p. 51)

O estudo de enquadramento é pautado como um conjunto de fenômenos similares que permitem a interpretação de acontecimentos. Eles demonstram a forma como indivíduos dotam uma situação de sentido a partir de matrizes formadas previamente e que podem levar a mudanças comportamentais. Há diferentes enquadramentos na sociedade, muitos estando em disputa, por isso não é possível considerar que o enquadramento feito pelo comunicador é o fim.

Os enquadramentos importam, não por dizerem o que se deve pensar, mas sim por estabelecerem o modo “natural” de pensar sobre uma dada realidade. Diferentes autores abordaram o assunto com perspectivas particulares. Frente a isso, Entman (1993) faz um esforço para uniformizar o conceito. O autor defende que a noção usual de enquadramento assinala que mensagens jornalísticas costumam definir problemas, diagnosticar suas causas, sugerir julgamentos morais sobre eles e, eventualmente, soluções.

Ao perceber os enquadramentos como ferramentas utilizadas por jornalistas e políticos para a estruturação de notícias, este trabalho se envereda pelo caminho que aponta enquadramentos como um mecanismo, e não um viés jornalístico. A análise ocorre, portanto, através da percepção de elementos contínuos que auxiliam a formação da história. Isso não significa que se ignora que a mídia possua interesses próprios e que tais interesses influenciam os enquadramentos escolhidos, que têm o intuito de verificar se o discurso da ex-vice-governadora Cláudia Lélis está comprometido com a igualdade de gênero na política.

Cláudia Lélis foi vice-governadora do Estado do Tocantins pela chapa liderada por Marcelo Miranda, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), nas eleições de 2014. Foi eleita vice-governadora, em 2014, tendo se filiado ao partido somente em 2013. Cláudia Lélis não possuía experiência legislativa ou governamental antes de participar do pleito governamental.

Dentre os membros de sua família, seu marido, Marcelo Lélis, é reconhecidamente o mais popular no cenário político. Membro do partido desde 2003, foi presidente estadual por 12 anos, até 2017, até passar a posição para sua esposa. Foi deputado estadual pelo partido até se tornar inelegível, em

2013, por abuso de poder econômico quando concorreu as eleições municipais de Palmas em 2012⁶.

Para analisar a análise do enquadramento jornalístico do discurso de Cláudia Lélis foram escolhidas quatro entrevistas concedidas por ela a veículos de comunicação no Estado do Tocantins nos quais apresentamos e analisamos na sequência.

A primeira entrevista intitulada “Vice reafirma o compromisso do governo com políticas públicas eficazes para proteger as mulheres” foi concedida à jornalista Sarah Teófilo, e publicada no Jornal Opção, em 27 de junho de 2015⁷. É interessante destacar que a matéria se inicia apontando o fato de que ela assumiu interinamente o governo do estado:

Ao assumir interinamente o Governo do Estado no dia 12 de junho, Cláudia Lélis (PV) havia prometido que deixaria como marca da sua gestão a luta pelos direitos das mulheres e das minorias. Foram dez dias à frente do Executivo estadual, e ela considera que cumpriu com êxito a sua missão. (TEÓFILO, 2015)

Consideramos importante apontar que não é incomum vice-governadores atuarem interinamente, seja devido às viagens realizadas pelos governadores, seja por se afastarem para tentarem um outro cargo público. Logo, causa surpresa a realização de uma entrevista para “balanço” sobre sua atuação por período tão curto. Entrevistas diretas com políticos não é um feito comum, especialmente particular, de tal maneira, ter uma para debater sobre a atuação de uma vice-governadora por somente dez dias aparenta ser algo

⁶ Deputado Marcelo Lélis fica inelegível até 2020 após decisão da Justiça, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2013/08/deputado-marcelo-lelis-fica-inelegivel-ate-2020-apos-decisao-da-justica.html>. Acesso em: 29 abr. 2018

⁷ TEÓFILO, Sarah. Vice reafirma o compromisso do governo com políticas públicas eficazes para proteger as mulheres. Jornal Opção, 2015. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/tocantins/vice-reafirma-o-compromisso-governo-com-politicas-publicas-eficazes-para-protetger-mulheres-39156/>. Acesso em: 30 abr. 2018.

benéfico e de interesse da entrevistada. É demonstrativo do poder político de mobilizar a mídia para demonstrar uma agenda positiva. Como é o perceptível por ter permitido que ela listasse suas ações, como reuniões com movimentos sociais e visitas a obras.

Ao realizar perguntas como “a primeira mulher a comandar o governo enfrentou dificuldades ou tirou de letra?” Ou “a sra. é do Partido Verde. Como avalia a questão da crise hídrica?”, a entrevistadora permite que Cláudia apresente seus pontos positivos, não havendo respostas subsequentes confrontando as respostas fornecidas pela entrevistada. Possivelmente, um jornal que tivesse uma postura ideológica combativa ao trabalho da gestão que Lélis faz parte, poderia ter feito perguntas distintas, buscando apontar possíveis falhas na governança.

De tal maneira, a entrevista foi realizada de forma que Cláudia pudesse aplicar seus próprios enquadramentos de governante ativa e participativa. Muitas vezes é possível se questionar sobre o papel de vice-governador, o qual usualmente segue a atividade do governador quando interino, ou mal aparece em espaços públicos. Logo é perceptível como o jornal dá um espaço para Cláudia se colocar como parte essencial do governo.

Essa permissividade, presente em diferentes entrevistas, permite que a entrevista seja conduzida pela própria entrevistada. Assim, a vice-governadora pôde apresentar o enquadramento que desejar sem ser questionada ou rebatida. De tal maneira, ela aproveita para se mostrar como uma pessoa proativa, uma governante atuante em prol da população. Algo que beneficia não somente o governo que faz parte, mas sua figura política própria, o que poderá trazer outros benefícios futuros.

Quando o tópico é sobre ser mulher e suas atividades para o grupo social, é interessante observar que na apresentação da entrevistada, a repórter Teófilo escreve:

Claudia Telles de Menezes Pires Martins Lélis tem 43 anos, e é a primeira mulher eleita vice-governadora do Estado. Publicitária de formação, ela é pioneira no Tocantins e participou ativamente da construção de algumas das principais obras do Estado. Como gestora pública, foi secretária de Comunicação de Palmas, quando coordenou ações de marketing e publicidade que colocaram o Tocantins como destaque na imprensa nacional por diversas vezes.⁸

Claramente, uma apresentação positiva para Lélis, porém queremos notar o realce de que ela é a primeira mulher eleita vice-governadora. Não há nenhuma forma de questionamento do motivo que a fez ser a única até agora ou o que seu gênero significa para as possíveis políticas voltadas as mulheres.

A escolha pela palavra “pioneira” também é importante, já que indica uma percepção sobre sua atuação individual. Não há uma tentativa de incluir Cláudia no aumento das mulheres nos espaços públicos e políticos. Acreditamos que, nesse caso, a opção por “pioneira” não tenha se dado por acaso, visto que tem relação com o gênero feminino, afinal, sua atuação em geral ocorreu em áreas ou espaços já existentes.

Trata-se de uma forma positiva de demonstrar sua participação na política sem questionar o porquê ela teve tais condições, enquanto muitas outras mulheres não as tiveram. A escolha pelo termo pioneira apresenta uma mulher que se destaca de outras por realizar algo que ainda não havia sido alcançado. É, de tal maneira, uma apresentação positiva de Lélis, ressaltando um feito político, sem questionamentos sobre sua realização. Podemos encontrar na escolha do conceito uma demonstração de como os mesmos importam para

⁸ Idem

entendermos a ideologia apresentada ou o esvaziamento da mesma nos discursos.

Sobre políticas para mulheres, Lélis destacou suas atividades como interinas ao afirmar que tentou acelerar a implementação do pacto em defesa das mulheres. Todavia, não houve nenhum debate além do quesito de segurança às mulheres e usualmente utilizou “nós”, como governo, para falar de outras políticas possíveis, porém sem especificação nenhuma. Como na resposta abaixo:

É intenção do Executivo de implantar Centros Especializados de Atendimento à Mulher em seis regionais e elaborar o pacto estadual em defesa da mulher no Estado. Pacto que irá pensar políticas públicas para a mulher do campo, nas áreas da saúde, educação e cultura (TEÓFILO, 2015).

Portanto, em nenhum momento foi abordado sua ligação familiar a nomes importantes na política estadual, como o de Marcelo Lélis. Sobre o debate de gênero, foi somente para ressaltar como ela é a primeira a ocupar o cargo, porém não houve discussões sobre a condição feminina ou debate mais aprofundado sobre políticas possíveis. A escolha por não aprofundar o tópico demonstra uma preferência por manter a entrevista em assuntos considerados positivos para a administração governamental. Novamente, há uma continuidade de oferecer uma entrevista positiva para Lélis, a qual tem a possibilidade de utilizar seus enquadramentos benéficos a si sem possibilidade de ter questionamento aos mesmos.

A segunda entrevista analisada intitulada “Nosso governo atende a comunidade em todas as áreas”, fruto de uma fala de Lélis foi concedida ao

jornalista Dock Júnior⁹ do Jornal Opção no dia 25 de novembro de 2017. Como na primeira entrevista, a vice-governadora é reconhecida como a primeira mulher eleita no seu cargo.

A biografia, apresentada por Dock Júnior, afirma que “reconhecida pelo seu perfil executivo e administrador, Cláudia Lélis se coloca como defensora das causas sociais e ambientais, além de ativista na luta pelo desenvolvimento social e econômico, aliado à preservação ambiental”. Novamente uma apresentação positiva, utilizando as próprias definições escolhidas pela autora.

A entrevista se inicia com uma pergunta sobre suas realizações como governadora interina devido a uma viagem do governador ao exterior. Apesar de ter sido um período curto, Lélis apresenta políticas bem-sucedidas do governo interino. Um ponto importante a ressaltar é que ela inicia a resposta afirmando que “sou a primeira mulher, eleita vice-governadora do Estado do Tocantins e, também, a primeira a assumir o cargo. Já o fiz por três vezes”. A vice-governadora ressalta esse ponto, apesar de não ser sobre questão de gênero e sem nenhum questionamento do motivo de ser a primeira. Aparece, de tal maneira, pontuar positivamente o fato de ser a primeira mulher, porém não deseja aprofundar em uma discussão sobre gênero ou feminismo. Trata-se, portanto, de um fato alegórico, uma vez que ela não amplia o debate sobre gênero na política. De tal maneira, ela apresenta algo positivo para si, ter quebrado a barreira, sem indicar nenhuma crítica ao sistema que permitiu que existisse uma barreira até o presente.

Como foi apresentado anteriormente, é possível enquadrar gênero de diferentes maneiras na política. É possível, por exemplo, apresentar a candidata de forma materna (“aquela que cuida do país”) ou por sua aparência,

⁹ JUNIOR, Dock. “Nosso governo atende a comunidade em todas as áreas”. Jornal Opção, 2017. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/tocantins/nosso-governo-atende-a-comunidade-em-todas-as-areas-110821/>. Acesso: 07 jun. 2018.

abordando se é atraente aos eleitores, especialmente, masculinos. Na reportagem anterior, quem traz o ponto, inicialmente, é a repórter. Agora, é a própria Lélis. Nos dois momentos o enquadramento definido é a conquista da vice-governadora por ter conseguido quebrar essa barreira. Nas duas entrevistas, a sua eleição como vice-governadora é retratada como uma vitória individual de Lélis.

Ao discutirmos enquadramento, tratamos de como não é sobre parcialidade, porém uma perspectiva de apresentar um tópico específico, o qual todas terão de certa medida, afinal a escrita é feita de escritas conscientes para atingir um objetivo específico. De tal maneira, o quadro proposto, na resposta de Lélis, de uma mulher que conseguiu conquistar algo que nenhuma outra mulher havia conseguido é benéfico a ela, já que a coloca a parte das outras pessoas.

Outra questão de gênero, abordada por Lélis, foi quando tratou da entrega de terrenos por meio do programa estadual “Meu Lote Legal”. Ao final de sua exposição sobre os benefícios do programa, afirma que “como mãe de quatro filhos, eu sei o que significa para uma mãe, a regularização de um lote, uma casa digna, em que possa criar os seus filhos”. Esse tipo de comentários não seria comum vindo de um político do sexo masculino. Porém, vindo de uma mulher, demonstra uma faceta da candidata, no caso, o lado maternal daquela que conhece as necessidades das eleitoras por supostamente ser como elas. Esse é um enquadramento de gênero utilizado em abundância por diferentes candidatas. Contudo, é notório que Lélis recorra a esse expediente em busca de similaridades entre ela e possíveis eleitoras.

Há, portanto, uma estratégia discursiva aplicada em sua abordagem de gênero nesse caso, a de colocá-la a parte, sem criticar o sistema que permitiu que ela se diferenciasse de outras por não terem atingido tal posição política.

Diferentes estratégias podem ser aplicadas pelas mulheres em sua trajetória política, a qual é afetada pelo seu gênero de alguma maneira. Enquanto há candidatas que afirmam que não há diferenças, outras colocam como questão central, reforçando as desigualdades entre gêneros. Também é possível aquelas que utilizam a maternidade como uma representação de cuidado e carinho, fazendo uma correlação entre filhos e a nação. Conforme Biroli (2010), muitos enquadramentos de gênero são impostos pela mídia, porém há também aqueles que as mulheres escolhem.

Após algumas questões sobre o meio ambiente e a relação da vice-governadora com o tópico, principalmente por ser de um partido promotor de questões ecológicas, o repórter volta a questão de seu tempo como governadora ao questionar que “nessa terceira vez que assumiu o governo, houve uma agenda muito diversificada, desde ações na segurança pública, passando pela ação social, como também, pelo meio ambiente. Qual sua avaliação sobre estar no comando do Palácio Araguaia?”. O próprio jornalista enquadra a pergunta de forma positiva ao afirmar que teve uma agenda diversificada, trazendo até mesmo os eventos realizados. A escolha pelo termo de diversificação ao abordar a agenda indica que o jornal não tem posição neutra, sim favorável a vice-governadora.

Ao longo da entrevista, como ocorreu na anterior, é perceptível uma postura do entrevistador de realizar perguntas abrangentes sobre o governo em certos tópicos. Essa escolha permite que a entrevistada conduza a entrevista e não seja confrontada em nenhum momento.

Ao mesmo tempo, Lélis, como qualquer político, utiliza desses espaços midiáticos para poder passar a mensagem de seu mandato, a qual pode servir de contrapeso a eventuais notícias negativas que possam existir.

Considerando, igualmente, que os jornais aqui apresentados são locais, e que podem não dispor de recursos financeiros na mesma proporção que um grupo jornalista nacional ou internacional, ficando, portanto, mais dependentes da esfera pública, é também um fator significativo, que pode influenciar no modo como as relações entre mídia e governo se dão. Geralmente, esse tipo de relação resulta em entrevistas que não permitem espaços de confrontação ou desafios, já que pode significar a quebra de uma relação que traz diferentes benefícios aos jornais locais.

Conforme Miguel (2002), não é possível que carreiras políticas avancem sem o espaço midiático, já que é assim que se alcançam as pessoas. Logo, existe uma relação de troca a partir da necessidade 'estabelecida' entre políticos e mídia. Todavia, também não é possível ignorar o efeito da ideologia na formação das perguntas, as quais podem ser apresentadas pelos enquadramentos e conceitos utilizados. Há uma escolha consciente de diferentes jornalistas de tentarem esvaziar suas perguntas de cunho crítico ou ideológico. Contudo, há uma ideologia quando se considera que o trabalho de um governante somente deve ser analisado a partir de seus feitos como governador, não as escolhas políticas por trás dessas escolhas. Isso se aproxima de uma rejeição da política como espaço de embates de ideias e concepções sociais, o que afasta de ideologias caracterizadas como de esquerda, por exemplo.

Após perguntas subsequentes que permitiram a vice-governadora apresentar pontos positivos do governo no qual faz parte, Dock Junior a questionou sobre as pretensões de seu partido, PV, no Tocantins. Lélis responde:

O PV sempre foi um partido vivo, que preza pelo diálogo, acima de tudo. Assumi a gestão da sigla e, para mim, foi motivo de muito

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n6p411>

orgulho e honra, uma vez que considero essa tarefa uma grande missão. Houve um grande crescimento do partido no Tocantins ao longo dos anos se tornou uma sigla forte com mais 14 mil filiados, 13 prefeitos, 9 vice-prefeitos, além de mais de 60 vereadores. Temos representatividade com comissões instaladas em 120 dos 139 municípios.

Estamos visitando, paulatinamente, todas as bases no intuito de fortalecer a sigla no Estado, com a meta já estabelecida para 2018, que é manter o espaço do PV na chapa majoritária, como também viabilizar representatividade na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal, visto que contamos com excelentes nomes para essa disputa (JUNIOR, 2017).

Ao considerarmos que seu marido foi o presidente do partido por mais de uma década, tendo ela assumido no mesmo ano da entrevista, é surpreendente que não tenha mencionado o nome dele. A escolha por emitir sua relação com o político que controlava a máquina partidária até recentemente é notória, já que seria significativa para o público conhecer as ações partidárias. Não seria possível indicar a razão dessa estratégia discursiva, embora seja possível considerar que o fato de seu marido estar inelegível após condenação no TSE seja um dos motivos¹⁰.

Independente da razão escolhida, é perceptível como Lélis não busca a associação de seu nome ao do marido. Pode-se apontar que há uma tentativa de realizar um distanciamento entre sua figura e a de seu esposo, no caso, uma forma de apagamento de sua relação com ele e da influência dele em sua história política. Apesar de Marcelo Lelis ter histórico político maior do que o dela, Claudia opta por não fazer nenhuma referência ou menção ao esposo ao longo de toda a entrevista, mesmo tendo a oportunidade para tal. Isso não significa que ela não usufruiu do capital familiar que a permitiu alcançar posição tão elevada mesmo sem histórico político significativo. Antes, porém,

¹⁰ TSE rejeita recurso e mantém Marcelo Lelis inelegível até 2020. Globo, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2015/12/tse-rejeita-recurso-e-mantem-marcelo-lelis-inelegivel-ate-2020.html>. Acesso em: 07 mai. 2018.

não demonstra não haver a necessidade de recorrer ao capital político do marido para dar legitimidade à sua carreira política.

A terceira entrevista objeto da análise foi uma entrevista gravada pelo Orla Notícias, por meio do seu programa Orla TV, em 20 de novembro de 2017, tendo como entrevistadores Wanessa Sobreira e Luiz Otávio Sacchi¹¹. A escolha por mudar o meio de entrevista oferece a oportunidade de analisar como Claudia Lélis responde às perguntas ao vivo. Quando se aborda entrevistas que são transcritas posteriormente é possível que haja edições, o que não é possível nesse caso.

A entrevista foi iniciada com uma pergunta sobre os feitos dela como governadora em exercício, a qual foi respondida da seguinte forma:

É uma alegria, é uma honra muito grande para mim, assumindo o governo pela terceira vez. Eu sou a primeira vice-governadora mulher eleita no estado, a primeira mulher a governar esse estado por três vezes. Então é uma alegria, um orgulho muito grande e cada situação é única, né. A primeira vez que eu governei o estado, a gente teve uma pauta muito voltada a questão da mulher, a violência (...).¹²

É importante observar que a própria Lélis retoma a questão de ser a primeira mulher a ocupar ambos os cargos novamente. De tal maneira, é perceptível como esse é um ponto que ela deseja reafirmar e formar sua imagem como a primeira a ocupar esses lugares de destaque na política estadual. Frente a escolha dela de não se posicionar em questões de gênero em nenhum momento subsequente ou se denomine feminista, é válido refletir por que retoma essa questão em todas suas entrevistas.

¹¹ SOBREIRA, Wanessa. Orla TV: Vice-governadora, Cláudia Lélis, faz um balanço da 3ª vez que ficou à frente do governo do estado. Orla TV, 2017. Disponível em: <https://orlanoticias.com.br/orla-tv-vice-governadora-claudia-lelis-faz-um-balanco-da-3a-vez-que-ficou-a-frente-do-governo-do-estado/>. Acesso em: 08 mai. 2018.

¹² Idem.

Ao abordar estudos como de Biroli e Mota (2014), Miguel et al (2015), Sacchet (2009), é perceptível como o gênero influencia a trajetória política de diferentes formas. Logo, é interpretável de que a escolha dela de se afastar de marcas de gênero, a não ser em momentos específicos e não de forma questionadora ou coletiva, é tentar evitar ser marcada por questões de gênero que impediu o sucesso de tantas outras mulheres na política.

Outro ponto que merece destaque é o apontamento dela sobre ter realizado uma pauta para as mulheres quando esteve como governadora interina pela primeira vez. Esse período foi abordado na primeira entrevista que analisamos. Em 2015, Lélis não associou o fato de ser mulher com o fato de ter assinado o pacto no quesito de combate à violência contra mulheres, apesar de ter afirmado que mulheres seriam uma prioridade enquanto estivesse à frente do governo por dez dias.

Não é possível determinar que houve uma completa mudança de discurso, já que havia sido realizada somente uma entrevista até aquele momento. Entretanto, podemos inferir que o fato de ter sido eleita como a primeira vice-governadora mulher, do Estado, se tornou um ponto central em seus discursos. De tal maneira, acreditamos que certas partes do seu discurso ganharam relevância maior com a passagem do tempo. É improvável podermos assumir um significado maior para os fatos a partir das informações disponíveis, porém essa diferenciação deve ser anotada e refletida posteriormente.

Na entrevista subsequente, que tem duração de onze minutos, percebemos o mesmo padrão das entrevistas anteriores. Os repórteres realizam perguntas abertas, como “quais são as outras prioridades a serem reforçadas esse ano?” ou “[plantio de grãos] a senhora acredita que a logística esteja melhorando com o passar do tempo e é o carro chefe da agricultura no

estado?”¹³ permitem que a candidata apresente pontos positivos, não sendo questionada após nenhuma resposta. As respostas de Lélis indicam uma política preparada para apresentar os pontos positivos do governo do qual faz parte, elogiando constantemente o governador e a equipe governamental.

A quarta e última entrevista selecionada para a análise foi realizada pela jornalista Maria José, para a Gazeta do Cerrado em 2017 e publicada em 20 de fevereiro de 2018. Foi intitulada “Cláudia Lélis, vice-governadora do Tocantins fala sobre mulheres na política” e transmitida pelo Youtube¹⁴. Como a última, a entrevista foi gravada e apresentada de forma audiovisual.

Diferentemente das entrevistas anteriores, esta se inicia com o questionamento da função de vice-governador, atuação desconhecida para muitos. A pergunta permite que Lélis se apresente como uma governante ativa, interessada e participante. Em seguida a jornalista afirma que Lélis sempre defendeu o empoderamento feminino na política, questionando em seguida como ela percebe as eleições seguintes, em 2018. A vice-governadora afirma:

Não, eu acredito que as mulheres vão para a linha de frente, a gente tem feito esse trabalho. Aliás não é de hoje que eu faço esse trabalho levantando essa bandeira e do empoderamento feminino, que a mulher ocupe o seu real espaço seja na política, na vida privada, na vida pessoal a gente só vai ter uma sociedade igualitária democrática se a gente tiver as mulheres ocupando o seu lugar mesmo, né, eu digo que todo lugar que eu tenho passado eu tenho falado sobre isso e é um orgulho muito grande poder levantar essa bandeira. Eu tenho certeza que em 2018 a gente conseguiu ir plantar essa semente a gente vai ver muitas mulheres aí espelhando nosso trabalho; não é só eu, nós temos várias mulheres aqui que representam muito bem as mulheres nessa área da política temos a nossa deputada federal primeira dama Dulce Miranda, nossa deputada federal Dorinha, a Josi Nunes, temos representantes também feminina na Assembleia Legislativa, prefeitas, vice-prefeitas, tem a vice-prefeita da capital, a

¹³ Idem

¹⁴ JOSÉ, Maria. Claudia Lelis, vice-governadora do Tocantins fala sobre mulheres na política. Gazeta do Cerrado, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n-0Awc7O8Eo>. Acesso em: 08 mai. 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2018v4n6p411>

Cynthia Ribeiro, então eu acho que cada uma de nós a gente consegue dar um exemplo e não tem dúvida em 2018 a gente vai poder contar ainda mais com essa representatividade feminina tão importante para a sociedade para que a gente tenha esse equilíbrio (JOSÉ, 2018).

Essa foi a maior resposta de Lélis à questão de gênero e permite compreender importantes questões. Primeiramente, essa é a primeira entrevista selecionada que aparece a questão do empoderamento feminino, oportunidade em que a vice-governadora afirma discutir sobre o tema em “todos os lugares que tem passado”. Então, é revelador perceber como ela afirma que para alcançar a igualdade de gênero é preciso que essas mulheres ocupem todos os espaços sociais.

A escolha pelo conceito de igualdade demonstra que se acredita haver desigualdade. Porém, apesar de falar em “ocupar esses espaços”, Lélis não se ocupa em discutir o que impede essas mulheres de já os terem ocupado. As respostas podem variar a partir da percepção social que a pessoa tem. É possível, por exemplo, considerar que há problemas estruturais, típicos de uma sociedade patriarcal ou que as mulheres não têm vocação para ocupar espaços públicos, logo não o realizam. Ao não indicar os motivos por que a ocupação desses espaços ainda não tenha ocorrido, Lélis não deixa transparecer a ideologia por trás de seu pensamento tão profundamente.

Frente a proximidade das eleições, a repórter aborda as críticas dos opositores aos governadores, requerendo uma resposta de Lélis. Não é surpreendente que a vice-governadora tenha apresentado a oposição como um grupo que faz críticas ao governo, não por buscarem a melhoria, mas sim movidos por uma disputa de poder. No seu caso, ela apresenta uma autoimagem positiva, de alguém que busca o diálogo pelo bem da população. É o que se pode observar em sua resposta:

De forma nenhuma, a gente entende outra forma, né, a gente entende que é preciso mostrar, dar resposta com o trabalho, é isso que a gente tem feito; eu não acredito na política feita em cima de críticas, né, eu acho que política é feita em cima de propostas em cima de construções aquela oposição do quanto pior melhor é um desserviço à população, que a gente precisa de uma oposição responsável e uma oposição que queira contribuir uma oposição, que quer apontar o que entende que é errado, mas sempre pensando no benefício da população, até mesmo porque eu sempre digo que é na facilidade em governar, na facilidade, falar é fácil eu quero ver é fazer acontecer num momento de dificuldade, que todos nós passamos que todos os governantes passaram durante esses três anos (JOSÉ, 2018).

Essa seria uma marcação ideológica, onde se poderia afirmar a diferenciação entre lados políticos. Todavia, Lélis escolhe abordar a forma de críticas, não o seu teor. A vice-governadora, de tal maneira, esvazia o próprio discurso, e como consequência de seus opositores, de conteúdo ideológico. O enquadramento constante em realização de obras e entrega das mesmas para a população é representado como políticas sem ideologias, como se não houvesse escolhas a serem realizados. Essa é uma decisão importante de como apresentar a questão.

Considerações finais

As análises realizadas sobre as quatro entrevistas de Cláudia Lélis permitiram perceber diferentes elementos que foram discutidos durante esse trabalho, tais como gênero e capital familiar. Casada com um político, Marcelo Lélis, e sem expressiva história política, Claudia foi escolhida como vice-governadora na chapa de Marcelo Miranda (MDB).

O caso de Cláudia Lélis demonstra a complexidade da entrada no campo político e como o capital familiar é um caminho possível para algumas pessoas. Como apresentamos, Lélis apesar de não ter experiência prévia, conseguiu uma

posição de destaque e participar do governo estadual. Acreditamos que, em grande parte, devido ao seu marido, que é um ator relevante da política local. A inserção dela no meio político, mesmo não sendo um agente, permite que tenha as ferramentas necessárias para tal.

Contudo, apesar dessa evidente importância do capital familiar em sua trajetória, em nenhuma das entrevistas, foi abordado o assunto. Lélis reforça constantemente o orgulho de ocupar a posição que ocupa, porém não trata sobre o processo que a levou até ali. Um exemplo de como o capital familiar, apesar de ser usado amplamente como demonstrado no estudo de Miguel et al (2015), não é algo que se discuta abertamente.

A compreensão sobre a trajetória de Lélis teve que ser realizada com dados exteriores a entrevistas concedidas, já que não foi abordado nesse espaço. Um demonstrativo de como o 'não dito', em entrevistas, pode indicar uma escolha consciente feita pelos atores sociais participantes.

Todavia, as questões de gênero aparecem em diferentes momentos das entrevistas, o que permite que apliquemos as ferramentas analíticas abordadas. Isso nos permitiu perceber os enquadramentos individuais que foram usados prioritariamente. De tal forma, a temática de gênero foi tratada principalmente pelo fato de Lélis ser a primeira vice-governadora eleita, como se fosse uma conquista próprio. A escolha por esse enquadramento foi limitada, pois não explorou os motivos e possibilidades que resultaram em uma mulher ter participado da chapa vencedora somente nas eleições de 2014.

Diferentemente da questão de gênero, que aparece repetidas vezes nas entrevistas, algumas sendo trazidas pela própria Lélis, é importante notar que embora o assunto seja tratado recorrentemente, na maioria das vezes, é somente de forma a salientar o feito de Lélis de ser a primeira mulher eleita como vice-governadora.

O gênero, portanto, não é um campo de disputa ideológico para ela. É um artefato individual que demonstra uma qualidade própria, desconsiderando uma disputa histórica por uma participação feminina expressiva no meio político. É perceptível, de tal maneira, que Lélis escolhe enquadrar essa conquista em uma perspectiva individual, desconsiderando uma análise coletiva sobre a questão de gênero no Tocantins e até mesmo no Brasil.

Referências

ARAÚJO, Clara. As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa: O Caso Brasileiro em Comparação com Experiências Internacionais. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Uerj, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 1, 2001.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, Unicamp, Campinas, nº 34, 2010.

BIROLI, Flávia; MOTA, Fernanda Ferreira. O gênero na política: a construção do 'feminino' nas eleições presidenciais de 2010. **Cadernos Pagu**, Unicamp, Campinas, nº 43, 2014.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (org.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood Press, 1986

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, UnB, Brasília, nº 5, 2011.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a Opinião: O Novo Jogo Político**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

ENTMAN, Robert. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, vol. 43, nº 4, 1993.

FINAMORE, Claudia Maria e CARVALHO, João Eduardo Coin. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Estudos Feministas**, UFSC, Florianópolis, V. 14, nº 2, 2006.

FRANKLIN J. (org.). **Women and social capital. Families & social capital.** ESRC Research Group. London: London South Bank University, 2005

GIDENGIL, E; GOODYEAR-GRANT, N. A.; BLAIS, A. e NADEAU, R. Gender Knowledge and Social Capital. **Conferência Gênero e Capital Social.** Universidade de Manitoba Winnipeg, Canadá, 2003.

JOSÉ, Maria. Claudia Lélis, vice-governadora do Tocantins fala sobre mulheres na política. **Gazeta do Cerrado**, Palmas, 20 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=n-0Awc7O8Eo>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

JUNIOR, Dock. Nosso governo atende a comunidade em todas as áreas. **Jornal Opção**, Palmas, 25 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/tocantins/nosso-governo-atende-a-comunidade-em-todas-as-areas-110821/>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

LOWNDES, V. Getting on or Getting by? Women, Social Capital and Political Participation. **Conferência Gênero e Capital Social.** Universidade de Manitoba Winnipeg, Canadá, 2003.

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de Comunicação e a prática política. **Revista Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, CEDEC, São Paulo, nº 55, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Uerj, Rio de Janeiro, vol.58, nº 3, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina M. de. Diferenças Regionais e o Êxito Relativo de Mulheres em Eleições Municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, UFSC, Florianópolis, V. 14, nº 2, 2006.

NORRIS, P. e INGLEHART, R. Gendering Social Capital: Bowling in women's League? **Conferência Gênero e Capital Social.** Universidade de Manitoba, Winnipeg, Canadá, 2003.

G1 TOCANTINS. **Deputado Marcelo Lélis fica inelegível até 2020 após decisão da Justiça.** Palmas, 15 ago. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2013/08/deputado-marcelo-lelis-fica-inelegivel-ate-2020-apos-decisao-da-justica.html>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n6p411>

G1 TOCANTINS. **TSE rejeita recurso e mantém Marcelo Lélis inelegível até 2020.** Palmas, 15 dez. 2015 Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2015/12/tse-rejeita-recurso-e-mantem-marcelo-lelis-inelegivel-ate-2020.html>>. Acesso em: 07 mai. 2018.

PORTES, A. Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. **Annual Review of Sociology**, v. 24, 1998.

SACCHET, Teresa. **Beyond Numbers: The impact of Gender Quotas in Latin America.** International Feminist Journal of Politics. London: Routledge, 2008.

_____. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**, Unicamp, Campinas, v. 15, nº 2, 2009.

SOBREIRA, Wanessa. Vice-governadora, Cláudia Lélis, faz um balanço da 3ª vez que ficou à frente do governo do estado. **Orla Notícias**, Palmas, 20 nov. 2017. Disponível em: <<https://orlanoticias.com.br/orla-tv-vice-governadora-claudia-lelis-faz-um-balanco-da-3a-vez-que-ficou-a-frente-do-governo-do-estado/>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

TEÓFILO, Sarah. Vice reafirma o compromisso do governo com políticas públicas eficazes para proteger as mulheres. **Jornal Opção**, Palmas, 27 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/tocantins/vice-reafirma-o-compromisso-governo-com-politicas-publicas-eficazes-para-proteger-mulheres-39156/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.